

SÃO PAULO

Definida lei orçamentária paulista

por Célia Roseblum
de São Paulo

Os parâmetros que delimitarão o orçamento do Estado de São Paulo para 1991 estão praticamente definidos. A Assembléia Legislativa aprovou ontem a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que orientará a destinação de recursos que serão administrados, a partir de 15 de março, pelo sucessor do governador Orestes Quércia (PMDB).

Um acordo de lideranças permitiu que a proposta original e 21 das 59 emendas apresentadas fossem aprovadas em bloco, sem discussão, na antevéspera do recesso legislativo de julho. Caso a proposta de LDO, enviada pelo Executivo, não fosse apreciada ainda neste semestre, a Assembléia seria automaticamente convocada durante as férias para deliberar sobre o assunto.

"Como temos expectativas de poder, procuramos priorizar investimentos na área social", disse o líder do PSDB, Vanderlei Macris, partido que, com o candidato Mário Covas, está no segundo lugar na preferência do eleitorado paulista, com 36% das intenções de voto, segundo o DataFolha. Sua bancada negociou, por exemplo, a aprovação por acordo de uma emenda que faz da "máxima absterção possível de mão-de-obra", uma das condições da definição de prioridades de investimentos.

"Houve pouco tempo para estudar, discutir e votar. É a primeira vez que apreciamos uma LDO. Tivemos inclusive problemas de assessoria porque a matéria é muito técnica", disse Marcelino Romano Machado, líder do PDS, partido cujo candidato — Paulo Maluf — lidera com 39% a preferência do eleitorado. Com a perspectiva de chegar ao governo em 1991, o partido juntou-se ao PT e ao PSDB em algumas votações.

Mas a soma de três bancadas opositoras não foi suficiente para garantir a aprovação de alguns pontos que defendiam. Com votos articulados do PMDB, PFL, PL e PTB, foram derrotadas as emendas que propunham destinação de 10,5% da arrecadação do ICMS às universidades e limitação para o atual governo empenhar, até 15 de março, no máximo 20% das despesas previstas em cada categoria de programação orçamentária.

O líder do PT, José Mentor, acha que, além da valorização do Legislativo — com o estabelecimento de obrigatoriedade do Executivo enviar para apreciação alterações de taxas —, a LDO introduz princípios importantes, como incentivos à iniciativa científica e micro, pequena e média empresa, através de programas de apoio. Ele também considera relevante a supressão do item que pre-

via a construção de um prédio anexo — orçado em US\$ 8 milhões — para a Assembléia Legislativa.

O esforço das bancadas opositoras em incluir alguns itens na proposta re-

vela, segundo o líder do governo, Wagner Rossi, uma preocupação exagerada. Segundo ele, a LDO estabelece "orientações, diretrizes", mas a definição do orçamento é "dada pela exe-

cução. As prioridades podem ser levadas a cabo em diferentes ritmos". O candidato do PMDB ao governo, Luiz Antonio Fleury Filho, tem 4% na pesquisa DataFolha, seguido por

Plínio de Arruda Sampaio (PT), com 3%, e Almino Affonso (PDT), com 2%.

Até o fechamento desta edição, às 21 horas, não havia terminado o tempo de prorrogação da sessão on-

de os deputados examinavam 16 emendas que não entraram no acordo de lideranças sobre a LDO. Havia possibilidade de ser convocada uma sessão extraordinária.